

SELVA QUADRICULADA À REVELIA
Povos e poderes em conflito nas Amazônia equatoriana,
peruana e brasileira sob o avanço da indústria petrolífera¹
Autor: A. Oswaldo Sevá Filho²

Resumo. Na Amazônia brasileira e dos países vizinhos, a indústria petrolífera vem se ampliando com conseqüências problemáticas para os povos locais. O modo particular de ampliação dessa indústria exige um mapeamento refinado dos solos e das condições regionais; as agências reguladoras de cada país definem “blocos” de terrenos a serem prospectados, desenhados por meio da subdivisão do terreno acima das bacias sedimentares em quadriculas, para fins de licitação e de posterior operação, caso seja encontrado petróleo e gás. O estudo menciona tais locais na Amazônia equatoriana, no entorno da fronteira tríplice com a Colômbia e o Peru, onde as operações petrolíferas começaram a criar conflitos e provocar prejuízos para as populações ainda nos anos 1960 e continuam na pauta; no Brasil, na região central do Estado do Amazonas onde estão as instalações produtoras pioneiras. Em seguida, apresentamos a recente investida para a prospecção de petróleo e gás no Acre, ameaçando várias Terras Indígenas e de moradores tradicionais, além de Unidades de Conservação ambiental. Tal processo é aqui interpretado como uma decorrência do avanço da indústria petrolífera também na Amazônia peruana, aonde ela vem se expandindo desde os anos 1980, nas regiões de Pucallpa e Madre de Diós, vizinhas do Acre, historicamente povoadas por grupos de várias etnias indígenas, além de ribeirinhos e extrativistas tradicionais. O estudo termina destacando a vinculação entre os destinos das regiões fronteiriças acreana e peruana e os eventos políticos em cada um dos países, inclusive na vizinha Bolívia.

1. Introdução sobre “*petroleras y poblaciones*” nas Amazônia

A expressão adotada acima “povos e poderes em conflito” sintetiza o processo social e o campo antropológico – relatados factualmente neste artigo e interpretados de modo preliminar – que decorrem dos avanços da indústria petrolífera multinacional, abreviadamente “*las petroleras*”. Avanços geográficos em diversos trechos, trajetos e regiões das várias Amazônia das quais trataremos aqui: a equatoriana, a peruana e a brasileira dos Estados do Amazonas e do Acre. Avanços culturais e políticos notáveis - da parte das “*petroleras*” e de seus aliados nos governos - sobre as identidades e os direitos dos povos nativos, tradicionais e dos migrantes mais recentes, de toda forma, ocupantes anteriores dos mesmos espaços naturais.

¹ Esse texto inédito foi elaborado especialmente para apresentação no GT Conflitos ambientais, Processos de territorialização e Identidades sociais no 32º. Encontro da ANPOCS. Após o encontro, estará disponível no sítio WWW.fem.unicamp.br/~seva

² Arsenio Oswaldo Sevá Filho, 60, doutor em Letras e Ciências Humanas (Geografia Humana) pela *Université de Paris-I Panthéon-Sorbonne*. Professor do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica e docente participante do curso de pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil. Colaborador eventual de entidades indígenas, ambientalistas, pastorais e do Ministério Público.

O nosso foco se manterá sobre algo que expressa a acumulação de capital numa forte indústria capitalista, a “*oil and gas industry*”, algo que se materializa na expansão da infraestrutura produtiva pesada em locais, em trajetos específicos, mas sempre dentro da lógica do circuito econômico global. Assim, essa expansão sempre se faz à custa dos recursos naturais locais, e, da sua valorização mercantil decorre uma grande soma de renda a ser disputada e enfim repartida entre as “*petroleras*” e os países e regiões dentro dos países onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas. A história demonstra que essa é uma continuação, aqui nessa porção das Amazônias, das mais tensas e violentas guerras econômicas: a guerra pelo controle e pela repartição do excedente do petróleo e do gás.

Assinalemos, desde o início este mecanismo essencial da atualidade internacional: - materializar e conduzir grandes fluxos de materiais e de energia daqui, [das Américas Central e do Sul, da Amazônia em especial, mas também da Patagônia, dos Andes, da bacia do Prata] - para os centros industriais e populacionais dos países mais prósperos. Ou seja: materializar a partir daqui, o crescimento do comércio, de um certo comércio, em determinadas bases, para nós desiguais, com a América do Norte e com a Europa, e, em proporção crescente, com os mercados asiáticos.

Cada nova implantação de uma “petrolera” se equipara, em geral, às ampliações de toda a indústria pesada: instalações elétricas, minerais, metalúrgicas, químicas, bioquímicas e petroquímicas. Nessas situações históricas, observa-se que todos os demais projetos e que os outros usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis. Em casos extremos, embora não raros, são aniquilados monumentos naturais, locais espetaculares e sagrados; extensões florestais virgens ou até então pouco adulteradas são rasgadas, contaminadas... tornam-se buraqueiras barulhentas, poeirentas, quando não se tornam grandes glebas de pastagens, sojais, eucaliptais, canaviais, voltados para o agronegócio exportador.

Em cada país amazônico há pelo menos algumas importantes instalações produtoras de petróleo cru e de gás associado, que em geral, não são interligadas entre si, mas cada uma delas é ligada ao seu próprio esquema de escoamento e exportação de petróleo, para refinarias dentro e fora do país. Nos mesmos países foram construídas instalações de extração, processamento e bombeamento de gás para utilização em centros de consumo no próprio país - e - ou - para exportação por meio de gasodutos, e por meio de transporte marítimo³. É em geral desse modo, na Amazônia brasileira e dos países vizinhos, que a indústria petrolífera vai se ampliando nas últimas décadas, provocando conseqüências em geral constrangedoras, problemáticas e até prejudiciais,

³ A exportação marítima de gás se dá após uma etapa de compressão e liquefação, na qual o gás passa para a forma de GNL, Gás Natural Liquefeito, transportado nos navios-metaneiros, mantidos sob alta pressão, e em temperaturas de até 160 graus negativos.

para as demais atividades humanas ali praticadas, e diretamente para os povos nativos e as populações regionais e urbanas dessas Amazônias.

É clara em todos os casos a ameaça de espoliação de terras tradicionalmente ocupadas - “*las tierras comunales*” como são chamadas no Peru – ameaça freqüentemente concretizada por meio da venda ou arrendamento de glebas de terras, e a posterior coexistência forçada das comunidades com a indústria, com os poços, os dutos. Também vão se comprovando doenças provocadas pela poluição da atmosfera e dos cursos d’água, banaliza-se um novo risco de vida para os moradores, devido aos acidentes, às emanações de gases e vapores nocivos, aos incêndios e explosões, enfim eventos que decorrem intrinsecamente do funcionamento dessa indústria. (LEROY e MALERBA, 2004; SAWYER, 2004; GAWORA, 2003].

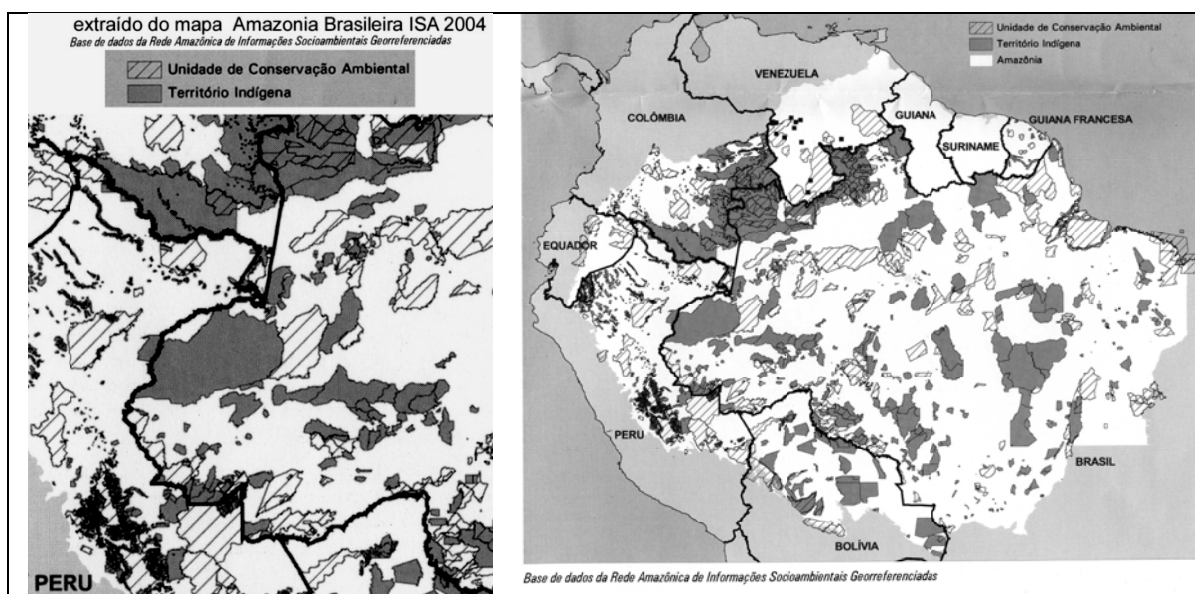
Estes são problemas detectados não somente por aqui em nosso continente, mas afligem povos nativos e tribos indígenas pelo mundo afora, pessoas e grupos cujo reconhecimento social e cujos direitos políticos são escassos ou até inexistentes, conforme constam dos informes publicados em 2008 pelo Relator designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, Rodolfo STAVENHAGEN, especialmente sobre a situação dos “Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas”. Além dos casos regionais auditados, ele indica uma onda de reformas na proteção jurídica para os indígenas, por parte dos vários Estados atuais:

[pg.115]“*En el continente americano, donde durante mucho tiempo no se reconoció a los pueblos indígenas como categorías específicas de la población nacional, se produjeron en las últimas décadas numerosas reformas constitucionales o se adoptaron legislaciones especiales relativas a los pueblos indígenas. Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú y Venezuela realizaron reformas constitucionales en las que han sido reconocidos algunos derechos de los pueblos indígenas. En Canadá la Ley Constitucional de 1982 reconoce los derechos aborígenes, pero los demás países de la región americana no reconocen los derechos de los pueblos indígenas en sus cartas constitucionales.*

Estas reformas legislativas abarcan numerosas cuestiones, como son los derechos a la propiedad de la tierra y el territorio; al uso del idioma propio, a la educación y a la cultura; en algunos casos a la autonomía y el gobierno propio, y también el derecho consuetudinario (a veces referido como “usos y costumbres”). Durante la última década del siglo XX todos los países andinos, excepto Chile, cambiaron sus constituciones, reconocieron el pluralismo jurídico y ratificaron el Convenio N.º 169 sobre pueblos indígenas y tribales de la OIT: Colombia (1991), Perú (1993), Bolivia (1994), Ecuador (1998) y Venezuela (1999).

E, para focalizarmos melhor onde as coisas se passam, reproduzimos a seguir uma cartografia temática feita em 2004, pelo Instituto SócioAmbiental, ISA, indicando um mosaico de

Unidades de Conservação ambiental e de Terras Indígenas na Amazônia.⁴ Parte dele, no caso de algumas U.C. brasileiras, o terreno já foi quadriculado à revelia uma vez, e por isso, persistem conflitos com os que aí moravam. Sobre esse mesmo mosaico é que se está recentemente quadriculando o território, à revelia dos moradores, superpondo prioridades na representação do mesmo terreno geográfico. Na prática, destinando os “*bloques*” de exploração ao usufruto exclusivo ou predominante da indústria petrolífera multinacional, das “*petroleras*”.



A expansão industrial petrolífera exige previamente uma série de campanhas de campo destinadas a apurar com mais rigor e com menor chance de erro, as reais possibilidades de extração lucrativa de petróleo e ou de gás natural, que se encontram presos em camadas rochosas sedimentares, abaixo da superfície da terra firme ou da superfície do mar, a uma profundidade de dois mil, até três mil metros, na maioria dos casos. Para isso, devem ser feitos, em etapas sucessivas, o mapeamento dos solos e a avaliação detalhada das condições regionais de operação futura, - caso se encontre a matéria-prima e se decida investir na sua extração e transporte em direção às refinarias, no mesmo país e no exterior. Tudo começa com um processo formal de apropriação cartográfica do solo, (poderia ser também... de acesso ao mar) como meio de acesso ao subsolo, por empresas e escritórios de projetos que para elas trabalham; ou seja, o mapeamento progressivamente deduzido, - o qual será depois comprovado ou não - da localização e características das camadas rochosas sedimentares a milhares de metros de profundidade, que possam conter hidrocarbonetos. Para se saber melhor o que está embaixo, retalam - se na

⁴ Ver outros mapas e informes sobre Amazônia e índios no WWW.socioambiental.org

superfície os tais “blocos” para conceder às empresas selecionadas, em cada um deles, o direito de pesquisa e, e depois, caso seja positiva, o direito a produzir óleo e gás.

No caso do petróleo “*off-shore*”, sob o oceano, a quadriculação do mar é denominada “loteamento do mar” pela pesquisadora MORAES, 2004 após estudar o caso do litoral Norte fluminense, principal pólo produtor brasileiro de óleo e gás. Lá crescem os conflitos das “petroleras” com os pescadores, que não moram no mar – distintamente dos índios, seringueiros, ribeirinhos amazônicos, que moram na floresta quadriculada pelas empresas.

As conseqüências sociais e ambientais se iniciam com os muitos sobrevôos na selva, para fazer as varreduras aéreas para fins de aerofoto - interpretação, e também medições de anomalias magnéticas; depois, com a atividade de pesquisa chamada sísmica – como o nome diz, provocar sismos, com detonações explosivas e por meio de suas ondas reflexas nas várias camadas do subsolo, deduzir a posição dessas camadas. Daí sobrevêm ruídos e vibrações, inéditos, de explosões, de motores de embarcações nos rios, e de aeronaves que sobrevoam a área na fase de prospecção; prossegue a perturbação e aumenta a potência sonora, caso se decida perfurar e sondar com maior intensidade o subsolo, com mais motores, compressores, etc...

Marcante, um retrato dos novos tempos, é a chegada nessas regiões de contingentes de operários e técnicos do mesmo país, embora raramente sejam da mesma etnia dos moradores, e muito freqüente, a chegada de estrangeiros mesmo, ou seja, europeus, norte-americanos, chineses, japoneses. Uma estranha forma de colonização, uma modernização, mais uma metamorfose daquilo que vem se impondo aos povos do continente desde a primeira investida ibérica de conquista militar, colonização, miscinegação forçada e catequese.

2. Amazônia equatoriana, quarenta anos da invasão das “petroleras”

Duas zonas petrolíferas atualmente em fase de desenvolvimento, uma no Peru e outra no Equador, são próximas; numa escala continental pode-se dizer vizinhas, em terras florestadas nas bacias dos rios formadores do rio Tigre, do rio Napo, e também na bacia do rio Putumayo, (que faz a linha divisória entre o Equador e a Colômbia, no trecho mais alto, e entre a Colômbia e o Peru no trecho mais baixo). Ambas as áreas produtoras já se encontram ligadas por meio de oleodutos a terminais petrolíferos nos litorais peruano e equatoriano do Oceano Pacífico. Começemos pelo lado equatoriano.

2.1. Décadas de contaminação pela Texaco, depois Chevron.

Uma das “*oil sisters*”, a famosa Texaco, recentemente adquirida por uma irmã maior, a Chevron, é responsável, por uma das maiores áreas contaminadas que se conhece na Amazônia equatoriana. A ponto de ter se formado um forte movimento político para denunciar os crimes

ambientais, tentar processar a empresa e obter remediações e indenizações, movimento que se expressa também por meio de um site denominado “Texacotoxico” !⁵.

“En este documento se explican además, las mentiras y engaños utilizados por Texaco en 1995 para obtener un documento que la liberase de la responsabilidad de realizar una limpieza legítima, la cual le hubiese costado alrededor de 6 mil 100 millones de dólares. Explicamos también cómo el fraude científico de Texaco continúa en la actualidad mediante el uso de engañosas prácticas de muestreo y análisis durante un juicio ambiental histórico en el Ecuador, y cómo la administración de Texaco ha construido un complejo encubrimiento para esconder este fraude de accionistas, autoridades reguladoras, y mercados financieros”

A Texaco, em parceria inicialmente com a Gulf Oil, construiu um sistema com 350 poços de petróleo, interligados por uma extensa rede de oleodutos, além de ter cavado e formado mil barragens para acúmulo de rejeitos ao ar livre, lá chamadas “*piscinas para desechos*”, no jargão petroleiro brasileiro “borreiros”. O ciclo de produção das “*petroleras*” na área durou de 1965 a 1992, tempo durante o qual seu faturamento somou dois bilhões de dólares, conforme estimativa da ONG Oilwatch e durante o qual foi vertido no meio da mata, nos cursos d’água, um volume estimado de 70 bilhões de litros de águas servidas, principalmente “água de formação do petróleo”, oleosa, e incluindo os rejeitos usuais de manutenção mecânica, além dos derrames intrínsecos à extração e ao despacho de petróleo cru; enfim, efluentes variados contendo compostos metálicos reativos e com hidrocarbonetos cancerígenos.

Estimada em 15 mil km quadrados, a área contaminada resultou de seus quase trinta anos de exploração na selva amazônica mais ao norte do país, perto da fronteira colombiana. Um ano depois de encerrada a atividade, em 1993, foi depositada numa corte americana uma demanda de responsabilização penal da empresa, encaminhada por colonos e por índios das etnias Siona, Secoya, Cofan, Huaorani e Kitchua, de oitenta povoados somando cerca de 30 mil habitantes. Segundo uma das fontes consultadas,⁶ a Chevron, mesmo tendo feito algum trabalho de remediação entre 1996 e 98, foi obrigada nos EUA a se submeter às cortes do Equador; em maio de 2003 iniciou-se o processo na cidade de Lago Agrio, exigindo reparações da ordem de seis bilhões de dólares. Dentre as causas da contaminação, que elevou as taxas de mortalidade por câncer e doenças respiratórias, além de problemas reprodutivos e defeitos congênitos, estão: 1) a destinação completamente errada do enorme volume de água de formação (que sobe junto com o petróleo, em emulsão, em proporção de 20% a 80 % da vazão total, com altos teores de sais e de

⁵ *Catástrofe en La Selva Fraude y engaño de Texaco en el Ecuador* Un Informe Investigativo Elaborado por el Equipo Legal del Juicio de Lago Agrio, Frente de Defensa de la Amazonía Asamblea de Afectados 2007 site www.texacotoxico.org

⁶ No site <http://www.amazoniaporlavida.org>: “El peor desastre petrolero del mundo: Texaco en la Amazonia Ecuatoriana”.

metais pesados), e que deveria ter sido re-injetada no subsolo profundo; 2) derrames de óleo inevitáveis nesta etapa industrial, freqüentes no transporte por dutos; o mais recente deles, ocorrido nos rios Coca, Loco e Quijos, em fevereiro de 2008, obrigou a suspensão do abastecimento de água na capital da província de Orellana; 3) disseminação de bacias de rejeito ao ar livre, sem impermeabilização e vazadas diretamente na rede hídrica; a Texaco aterrou muitas delas para que desaparecessem da vista das equipes de vistoria; 4) as queimas de hidrocarboneto nas tochas de alívio e nos incêndios absurdos feitos para “limpar” bacias de rejeitos. O custo do atendimento das demandas corretivas e indenizatórias feitas pelos indígenas foram estimadas pela Oilwatch num montante de seis bilhões de dólares, e apresentadas à Justiça na cidade equatoriana onde corria o processo, Lago Agrio. Naquela época, uma arbitragem feita nos EUA pretendia isentar a Chevron de tais responsabilidades, escusando-se em cláusulas contratuais antigas, entre a Texaco e a Gulf, e depois, dessa com a antecessora da Petroecuador.⁷

2.2. A Arco e a Agip, corporações fazendo anti-política na região de Pastaza .

Os problemas ainda pendentes no Equador em uma área amazônica próxima a esta, com as empresas Arco, norte-americana, e Agip, italiana, constituem outro processo marcante no qual se constata a atuação das organizações dos povos indígenas e das comunidades da selva equatoriana nos anos 1990 diante dessa prática das corporações petrolíferas, denominada pela pesquisadora Suzana SAWYER, 2004, como “*corporate antipolitics*”, ou seja, a antipolítica das corporações.

São relatadas três cenas de encontros políticos, ao longo do mesmo ano de 1994, dois deles com o *status* de mesa de negociação, cuja efetivação só foi obtida após manifestações nas ruas, diante de sedes de empresas e de órgãos de governo, feitas pelas entidades indígenas. A terceira cena é uma efeméride política, um ato de início de funcionamento de uma comissão inter - partes, como campo de mediação dos conflitos atuais e futuros. Em janeiro as entidades indígenas haviam ocupado instalações do Ministério de Minas e Energia, e desse modo obtiveram um encontro, feito no Hotel Oro Verde, onde participaram o dirigente no Equador, da “petrolera” ARCO, dirigentes da OPIP-Organización de los Pueblos Indígenas de Pastaza, da CONFENIAE – Confederación de Naciones Indígenas de La Amazonia Ecuatoriana, e o Ministro equatoriano de Minas e Energia.

Em Maio, na sede das entidades indígenas na comunidade de San Jacinto, município de Puyo, região de Pastaza, Amazônia equatoriana, reuniram-se publicamente o mesmo executivo da ARCO no Equador e mais o da empresa sócia AGIP, representantes da estatal Petroecuador e do Ministério de Minas e Energia, vários representantes indígenas, numa “Frente” incluindo, além da

⁷ Mais detalhes no relatório *Ecuador 2004*, da Oilwatch, consultar WWW.oilwatch.org

OPIP, da CONFENIAE, outras entidades da mesma região, DICIP, Dirección Intercomunitaria de las Comunidades Indígenas de Pastaza, AIEPRA – Asociación de Indígenas Evangélicos de Pastaza, Región Amazônica, da entidade indígena de âmbito equatoriano, a CONAIE, Confederación de Iãs Naciones Indígenas del Ecuador.⁸

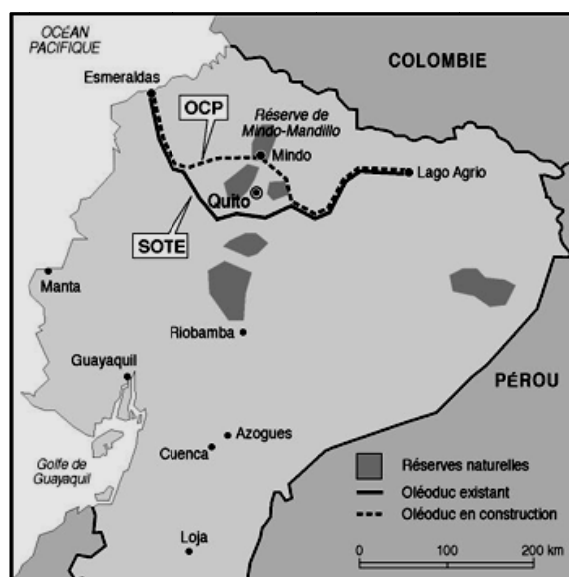
Em setembro de 1994, na mesma cidade de Puyo, diante de uma platéia formada por lideranças indígenas e comunitárias de toda a região petrolífera, autoridades provinciais e também diante da imprensa local e nacional, foi instalado o Comitê Técnico Ambiental. Inaugurado com a presença do Ministro de Minas e Energia e do principal executivo da ARCO International, o Comitê se compunha de um cientista ambiental a serviço da ARCO – EUA, um executivo da AGIP e três funcionários representando a Petrocuador e o Estado equatoriano e mais seis representantes indígenas, que se declararam pertencentes às “nacionalidades” Zaparo, Quíchua, Achuar, Shwar. Cada personagem destes foi, na ocasião, um agente de seu destino individual, e também um delegado ou um líder de sua etnia ou do seu grupo dentro de uma etnia, de sua classe, de sua corporação; e sempre estava em jogo a sua pertinência local, regional, a nacionalidade, conforme o caso.

2.3. Vitimas do oleoduto e a entrada das *petroleras* numa Reserva da Biosfera



FIGURE 18. Graffiti on the cemetery wall in Puyo condemns the effects of petroleum capital. Suzana Sawyer, 1994.

Extraído de SAWYER, 2004



Extraído de *Le Monde Diplomatique* janvier 2003

⁸ Os conflitos envolvendo povos indígenas nas Amazonias são também divulgados e acompanhados pela Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Amazonia. Na internet : www.coica.org.ec/

Uma das características de alguns petróleos sob o solo amazônico, é seu grau elevado de viscosidade, o que obriga a sua estocagem e o seu bombeamento a quente, para evitar que o produto vire graxa, endureça e inviabilize a movimentação. Chama-se em castelhano “*crudo pesado*”, e um dos oleodutos equatorianos leva essa marca no nome: *OCP, Oleoducto de Crudos Pesados*, que sai da região amazônica de Sucumbíos, passa numa faixa ao sul da fronteira com a Colômbia, e chega ao terminal no porto de Esmeraldas, na costa do Pacífico. Desde a época de sua construção em 2003 provocou conflitos em seu trajeto subindo as vertentes amazônicas da cordilheira andina, passando pelo planalto ao Norte de Quito e depois descendo a vertente oceânica. A jornalista Françoise BARTHELEMY assim inicia sua matéria do Le Monde diplomatique de janeiro de 2003: [tradução AOSF]

“Torres das plataformas, gigantescas chamas de gás queimado na atmosfera, tubos enegrecidos serpenteando ao longo dos caminhos, enormes bacias onde apodrecem os rejeitos tóxicos do petróleo cru. Esta é a paisagem onde vivem os pobres habitantes da província amazônica de Sucumbíos. Da Amazônia sai 96,6 % do cru produzido no país, mas Sucumbíos não se beneficia dessa riqueza, é uma das mais miseráveis do Equador, e, por causa da presença das “petroleras” e seu pessoal, uma das mais caras para se viver. Numerosas comunidades de índios e camponeses não tem água encanada nem luz elétrica. Exceção feita à rodovia que liga com a capital Quito, as estradas são rastros de poeira com borras oleosas, escuras, dos derramamentos e vazamentos do oleoduto”.

O OCP foi construído com capacidade para bombear quatrocentos mil barris diários de óleo pesado, vazão equivalente a cerca de metade da produção equatoriana total no início da década de 2000.⁹ “*El Terminal Amazonas*”, instalado em plena área urbana da cidade de Lago Agrio, foi objeto de muitas manifestações contrárias, ocupações, primeiro em protesto pela localização, depois, para se obter alguma compensação em investimentos públicos. A intensificação dos conflitos levou aos motins de fevereiro de 2002, com a rebelião nas duas províncias vizinhas, Sucumbíos e Orellana, a ocupação de várias instalações petrolíferas inclusive fechamento de alguns poços. Na repressão, centenas de feridos e quatro mortos.

A mais dramática chegada das “*petroleras*” na Amazônia equatoriana ainda está ocorrendo, com idas e vindas, numa área densamente florestada, uma parte da qual pertencente ao Parque Nacional Yasuní, classificado em 1989 pela UNESCO como uma “Reserva da Biosfera”, e a outra parte é de terras ancestrais de povos da etnia Huaorani, incluindo alguns grupos conhecidos como Tagaeiri – Taromenane, que se isolaram voluntariamente desde a primeira investida dos brancos

⁹ Na classificação comercial API, esse óleo equatoriano é um cru grau API 15 e deve ser bombeado aquecido, na faixa de 100 graus C; nas refinarias é chamado “ultraviscoso” e obriga a fazer misturas com petróleos melhores para ser depois refinado. O outro oleoduto equatoriano chamado SOTE segue trajeto semelhante entre a Amazônia e o Pacífico, foi feito nos anos 1970, com a participação da antecessora da Petroecuador, e transporta por mais de 500 km um óleo cru mais leve, com índice API 29 a 30 graus. Teve alguns trechos destruídos no terremoto de 1987, e diziam na época em Quito, que na sua reconstrução trabalhavam seis mil marines norte-americanos.

na área. O relatório da Oilwatch sobre o Equador em 2004 assim recapitula: o “bloco” numero 31, que entrou na rodada de licitações em 1996 incluía, abusivamente, em sua zona “núcleo” as terras do Parque Yasuni e mesmo assim, foi concedido à empresa argentina Perez Companc: *“Durante 1997 y 1998, la empresa PerezCompanc llevó a cabo prospecciones sísmicas dentro del bloque en 782 Km. y en base a los datos obtenidos, perforó dos pozos exploratorios: Apaika y Nenke, donde encontró reservas petroleras de un crudo pesado de 18 grados API. En el año 2002, Pérez Companc quebró como resultado de la crisis económica argentina, y fue totalmente comprada por Petrobrás, la empresa estatal petrolera del Brasil”*.

Nessa aquisição veio junto o tal “bloco 18” com seus 200 mil hectares para a nova PEE – Petrobras Energia Ecuador prosseguir na busca das promessas do ouro negro. Para complementar o enredo, extraímos dois trechos do artigo de Julianna Malerba e Maria Elena Rodriguez, do livro *“Petrobrás - integración o explotación?”*, publicado no Brasil em 2005:

“Durante os anos 1997 e 98 a empresa petrolífera Argentina Perez Companc realizou no chamado Bloco 31 de prospecção, sondagens sísmicas numa extensão de 782 km e, com base nos dados obtidos, perfurou dois poços exploratórios, de nome Apaika e Nenke. Ali, encontrou reservas de óleo cru bem viscoso, grau 18 API, chamado de “óleo pesado”, é mais barato, porém difícil de extrair e de transportar, com maior potencial de causar impactos ambientais. Nas proximidades, a Petrobrás realizou prospecção sísmica em outra área de 167 km quadrados (obs.: a superfície equivale a um quadrilátero de 13 por 13 km, ou uma imensa gleba de 16.700 hectares). E pretende instalar a seguinte infra-estrutura: duas plataformas de produção de petróleo cada uma conectada a doze poços, mais uma Estação Central de Processamento que contará com cerca de 200 trabalhadores, um oleoduto com 32 km de comprimento, e uma serie de outras estruturas de suporte a essas atividades, como alojamentos, incineradores, etc.” [p.21,22]

Em 25 de agosto de 2004 quando foi dada pelo governo equatoriano a licença ambiental para a Petrobrás, esse “pacote” de investimentos incluía as linhas canalizadas (de água, de esgoto e efluentes, de vapor, de combustível), uma rodovia de 23 km para ligar os poços com um porto fluvial no rio Napo, um dos grandes afluentes esquerdos do Amazonas. Este porto seria construído na comunidade de Chiro Isla, do povo Kitchwa. Na travessia do rio Tiputini, seria feita uma ponte levadiça para bloquear o acesso de invasores, colonos, madeireiros ao “bloco” de operações da Petrobrás. E também...impediria que observadores externos, e mesmo governamentais entrem pelo rio para averiguar e registrar o quê se passa; por exemplo, segundo informe de Elizabeth Bravo, da ONG Oilwatch, no mesmo livro de 2005 [pág. 42]

“Es preocupante el tratamiento que dará la empresa a los desechos de perforación. Em una inspección realizada al bloque 18 (operado también por Petrobras) se observó que la empresa

utiliza terrenos comunitários para enterrar lodos de perforación. Em estos entierros se percibe um forte olor a químicos, inclusive la presencia de contaminación com hidrocarburos. Es una practica inaceptable em um Parque Nacional.”

Por isso, a política externa brasileira, bastante envolvida com a atuação de capitais brasileiros no exterior, decidiu forçar a aprovação de licenças e de acordos para a operação da Petrobrás no Equador. Fato que tem relação direta com a ajuda do governo Lula na fuga do ex - presidente Guterrez quando foi deposto em 2004 após uma onda de sublevação popular com grande maioria de indígenas. Internamente, para o público brasileiro, a empresa estatal tenta criar uma unanimidade a respeito de sua imagem moderna e responsável; na prática, abafa seus problemas com os povos dos países vizinhos. Nesse tempo todo, uma única entidade teve a ousadia de investigar e publicar as mazelas da atuação da estatal nos países vizinhos: a FASE - Federação de Órgãos Assistenciais e Educacionais, uma Organização Não Governamental com sede no RJ, (LEROY e MALERBA, 2005), que além disso, tenta mobilizar apoio aqui no Brasil para a causa indígena e ambiental equatoriana.¹⁰

Na realidade, as riquezas naturais desse patrimônio amazônico mundial já vêm sendo contaminadas desde 1993, quando houve o primeiro derrame no “*bloque 16*”, área da petroleira espanhola Repsol. Nos últimos três anos, mais três derrames notáveis, o último, em janeiro de 2008, nas proximidades das cabeceiras do rio Yasuni, no coração do Parque Nacional, mereceu o seguinte comentário por parte da ONG Amazonia por la vida¹¹:

“Tanta tecnología desplazada para recoger apenas 100 barriles de crudo, imposible de entender, se habla de varios miles de barriles que superan los 4000 y el derrame había ocurrido no el 1 de febrero como lo informó Repsol, sino días antes. ¿No se trata de una violación a la ley de hidrocarburos, el haber ocultado información durante varios días? En Ecuador la contaminación ambiental es un delito penal, tal como lo establece la constitución ecuatoriana. El Ministerio de Minas y Petróleos del Ecuador estableció que se dictarán sanciones que consistirían en multas, y también se hará una investigación interna. Hay que recordar que las violaciones a la ley son motivo de caducidad de los contratos petroleros.”.

Na mesma matéria, registram que a Repsol não previne a população sobre os riscos, mesmo quando a comunidade Dicaro da etnia Huaorani teve seu ponto de captação de água contaminado: *“La mayoría de los indígenas que allí viven, no saben leer ni escribir y desconocen la ley ambiental y los derechos que los amparan; únicamente algunos jóvenes hablan el idioma español.*

¹⁰ FASE - Federação dos órgãos Assistenciais e Educacionais; na internet www.fase.org.br

¹¹Ref www.amazoniaporlavid.org/ Actividades recientes de Repsol-YPF en el Ecuador Quito, 4 de marzo de 2008

La población cercana tampoco conoce de los planes de contingencia que la empresa debería tener en caso de accidentes industriales de este tipo". E finaliza a ONG com uma proposta política bem clara, e até modesta: re-licenciar as atividades:

“La revisión de la licencia ambiental de las operaciones en el Parque Nacional Yasuní y en el Territorio Waorani es urgente, la licencia de operaciones del Bloque 16 fue aprobada a inicios de los años noventa, pese a los cuestionamientos de cual fue objeto”.

Mas ... caso seja aceita e executada a proposta, sob pressão das entidades e dos moradores, considerando os passivos ambientais e sociais acumulados, a Repsol poderia não ser relicenciada, o quê representaria um primeiro retrocesso nessa investida desastrosa.

3. Brasil, Estado do Amazonas: o pólo Arara, no rio Urucu, e a nova frente petrolífera na “bacia do Juruá”

O subsolo da Amazônia brasileira começou a ser prospectado sistematicamente pela Petrobrás nos anos 1960; nas décadas seguintes, no Estado do Amazonas, foi sendo confirmada uma bacia sedimentar propícia para óleo e gás sob o baixo vale do Juruá, região de Carauari e também no alto vale, na divisa do Acre com o Peru, onde hoje é o Parque Nacional da Serra do Divisor. Também foi prospectada a existência de óleo e gás em locais mais próximos da calha do Solimões, entre os rios Juruá e Purús, e ao longo do Amazonas, em Itacoatiara, em Silves, e na ilha de Marajó, além do litoral do Amapá.

Em 1986, a Petrobrás iniciou a produção de petróleo e gás nas terras do rio Urucu, entre o Tefé e o Coari, e sempre quis mostrar essas instalações amazônicas como uma “vitrine”, algo feito com todo cuidado, chegando a argumentos do tipo “*sem impactos, sem riscos*”... - o quê merece um questionamento de ordem lógica; afinal, o controle exercido pela empresa sobre os trajetos onde ficam suas instalações é absoluto, e é impossível de ser feita qualquer auditoria independente numa situação como esta. A região do rio Urucu era uma área pouco habitada, com ribeirinhos de rios e lagos, pequenos núcelos, sem nenhuma cidade ou vilarejo. A faixa de atividades petrolíferas dentro da floresta é um quadrilátero imaginário que ocupa uns 1.400 km quadrados, onde não há uma devastação massiva, e sim um tipo “*espinha de peixe*” com clareiras lineares em meio ao manto florestal. Mas, cada um dos sessenta poços em Urucu tem no seu entorno uma clareira com dez, vinte hectares, e como toda exploração similar deve acarretar problemas de poluição do solo e das águas. Nos últimos anos, sobem dos poços em Urucu fluxos de quase dez milhões de metros cúbicos diários de gás. Depois de retirado o LGN e depois de queimada uma parte do gás nas tochas, nas turbinas e caldeiras da área industrial, o fluxo de gás é reinjetado nos poços, serviço feito por meio de vários compressores de grande potência, movidos por turbinas tipo de avião, queimando gás e fazendo um ruído ensurdecedor. A eletricidade de toda a área da Petrobrás

também é obtida queimando gás em turbinas, numa central termelétrica dentro da área industrial, além de moto-geradores a óleo diesel em vários outros pontos da área produtora.

A propaganda enganosa da empresa, dirigida a todo o país, mas especialmente ao público do Acre, insiste que “apenas cem hectares foram desmatados”. Uma análise pormenorizada das fotos de satélite permite uma estimativa mais realista, da ordem de quatro mil hectares. Na faixa de terreno dessa dutovia até Coari, num total de 320 km, se a clareira tiver em média 30 metros de largura, (em alguns trechos, vai a 60 metros) isso já equivaleria a uns 10 km², ou mil hectares. Além das estradas principais asfaltadas que definem a área, ligando a área industrial chamada de “Pólo Arara” com o aeroporto e o porto no rio Urucu com os vários alojamentos e galpões de armazenagem e manutenção, existem vários “galhos”, derivações de até dez km, vinte km ligando este “núcleo” com os poços mais distantes. A soma de todas as estradas de serviço pode chegar a 200 km; e se cada uma tem uma faixa de clareira de cinquenta metros já seriam outros mil ha abertos. Cada poço no seu entorno tem um clareira de mais dez, vinte hectares, às vezes mais, e são cerca de 60 poços, incluindo vários para re-injeção de gás, e um para injeção da água oleosa que é produzida na decantação do óleo cru, uns 4% do volume total de petróleo; a soma dessas clareiras também pode chegar aos mil hectares. Na área industrial, mais uns quinhentos hectares abrigam alguns dos poços pioneiros, a UPGN, a central elétrica, os compressores, as tochas de queima de excesso de gases, além de uma mini-destilaria onde a empresa retira uma fração de óleo diesel para movimentar camionetes, caminhões, máquinas tipo rodoviárias e moto-geradores. Somente para fazer o aeroporto privativo da Petrobrás, com pista de 1500 m, foi aberta uma clareira de cerca de quinhentos hectares.



Trecho da área produtora de Urucu, Estado do Amazonas, e suas estradas de serviço. No lado esquerdo, no meio, a área industrial, no canto acima, o rio Urucu; numa área de 18 km por 12 km, pode-se contar duas dúzias de poços no meio da selva.

O oleoduto ligando com a cidade de Coari transporta óleo cru além de um composto chamado Líquido de Gás Natural, que serve para fabricação de gás de botijão. O gasoduto, em uma linha paralela na mesma dutovia, tem capacidade de seis milhões de metros cúbicos de Gás Natural por dia, ainda não opera em setembro de 2008, aguardando a conclusão de um segundo trecho com quase 300 km, ligando Coari com Manaus. Ali, após feita a rede de distribuição urbana, o gás de Urucu abastecerá prioritariamente as usinas termelétricas no bairros do Mauzinho, da Aparecida e da Santa Etelvina (a maior parte da potência sendo operada pela empresa texana El Paso e uma menor parte pela estatal Manaus Energia, desmembrada da Eletronorte).

Em Coari, a base fluvial da Petrobrás, fica 15 km rio acima, na mesma margem direita do Solimões; é de conhecimento público no Amazonas, Coari é uma cidade aonde os antigos moradores e os que vieram depois, com as obras da indústria petrolífera sofreram muito, naquele quadro conhecido de aumento de carestia, doenças, violência, e prostituição na cidade. Na época da pesquisa feita por GAWORA, 2003, já transcorriam quinze anos de produção de óleo e gás nas terras do município, portanto quinze anos de “royalties” repassados ao estado e à Prefeitura, e mesmo assim, havia grande carência de serviços públicos básicos. Em 2008, também ficou conhecido em Manaus e teve repercussão nacional, o desmantelamento pelo Tribunal de Contas da União e pela Polícia Federal, de uma quadrilha organizada na prefeitura de Coari que havia conseguido desviar algo como 30 milhões de reais em poucos anos, ou seja, uma boa parte dos “royalties”, dos quais o município praticamente depende para a sua receita anual.

A produção de óleo cru em Urucu, que indicava uma faixa de 60 a 80 mil barris diários no início, dez anos depois já estava a menos da metade, e é declinante, enquanto que o gás natural vendido poderia –uma vez completado o sistema de escamento pra Manaus – chegar à marca de seis MM³/d, milhões de metros cúbicos diários, que seria uma vazão bem expressiva para uma única área produtora, equivalendo hoje a uma sexta parte da produção total brasileira de gás, e possibilitará alimentar em Manaus uma potência termelétrica total da ordem de 1.500 MW.

Tudo aponta para uma expansão da perfuração e talvez da produção em outros pontos na bacia sedimentar sob o vale do Juruá. Aumenta a probabilidade de serem instalados nas regiões próximas, do baixo Juruá e de Carauari, outros “pólos” a exemplo do pólo Arara, novas teias de aranha no meio da selva ligando poços com infra-estruturas de despacho de gás e óleo, e que talvez utilizem parcialmente as instalações já construídas no sistema Urucu – Coari- Manaus.

Mais ao Sul, em terras acreanas, também já se está preparando o terreno jurídico e político para a prospecção; iniciativa que tende a ser conflituosa, já que mais da metade de superfície estadual fica dentro de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas homologadas. Nos

Programas Plurianuais (PPAs) de Investimentos (da União), para os períodos 2000-2003 e 2004-2007, foram colocadas emendas destinando recursos para prospecção no Acre, propagandeiam em Rio Branco, que tiveram a autoria do senador Tião Viana. Caso seja feita tal prospecção e caso seja encontrado óleo cru e ou gás em quantidade atraente, qualquer rota de despacho dessa região para algum terminal fluvial de grande porte, ou para alguma refinaria tomaria longas faixas de florestas, e utilizaria rios para navegação, causando prejuízos, conseqüências típicas desta atividade e haveria a introdução de riscos ali inéditos. (SEVA e IGLESIAS, 2007).

Estes terrenos geográficos – às vezes denominados como “bacia sedimentar do Juruá” - já foram de todo modo, objeto de quadriculação pelas empresas petrolíferas: foi feita a divisão da superfície em polígonos irregulares, de tamanhos distintos, subdividindo-se então o acesso ao subsolo em “blocos”, para fins de licitação do direito de prospecção e, caso seja encontrado petróleo e gás, a extensão desse direito à etapa de operação ¹². Retomaremos o tema mais adiante. Temos, antes, de apresentar a situação nas áreas petrolíferas da Amazônia peruana mais próximas do Acre, testando a hipótese de que a etapa próxima de prospecção petrolífera no Acre simplesmente combina essa intensificação da prospecção no Sul e Oeste do Estado do Amazonas, e no vale do Juruá especificamente, com a expansão das “*petroleras*” no Peru.

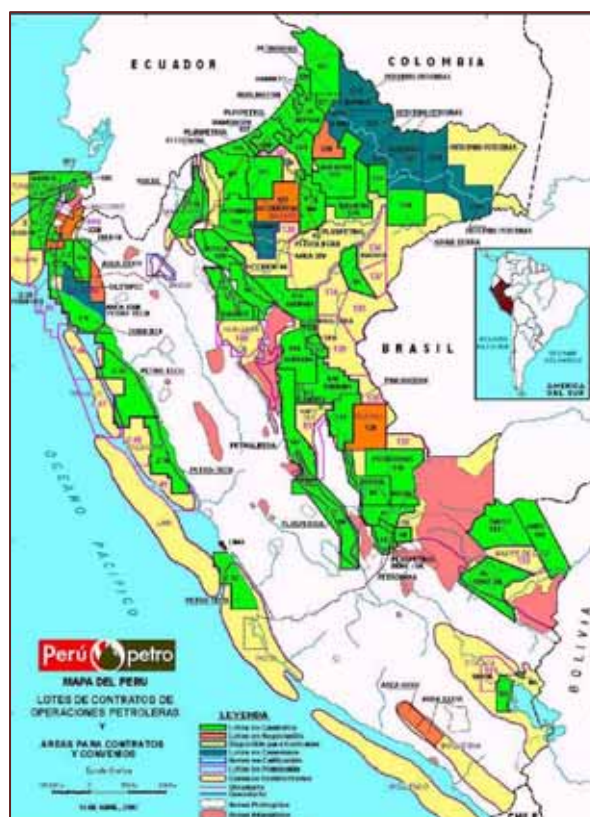
4. A vizinhança do Acre com as províncias amazônicas petrolíferas do Peru

A situação geográfica e étnica do Acre é bastante singular, pois foi “anexado” ao Brasil, ou seja separado de território então boliviano, apenas no século XX; algumas etnias indígenas têm grupos numerosos morando no lado brasileiro e também “no lado de lá”, e os grupos continuam circulando através das linhas divisórias internacionais. O Acre faz divisa com o departamento boliviano de Pando, cuja capital Cobija fica na fronteira, defronte à pequena cidade acreana de Brasiléia, e é uma cidade mais importante do que a capital acreana Rio Branco, e também faz divisa com províncias peruanas cujas cidades mais importantes são Puerto Maldonado na margem do rio Madre de Diós, afluente do rio Madeira, e Pucallpa na margem do Ucayali, um grande formador do rio Amazonas. Na Amazônia peruana, uma das regiões que sofrem os riscos e os prejuízos da indústria petrolífera fica próxima da divisa com o Brasil e com a Bolívia, no interflúvio dos rios Urubamba e Madre de Diós, onde fica a reserva de gás de Camisea, em evidência há uns 20 anos, quando foi descoberta. ¹³ Há pouco foi concluído um gasoduto saindo de

¹² Uma análise pormenorizada dos povos e das atividades de um lado e outro da fronteira Acre-Peru está nos artigos de IGLESIAS, de ALMEIDA, e de LIMA, ALMEIDA e IGLESIAS, 2007, na coluna dominical “Papo de Índio” do jornal Página 20, de Rio Branco, Acre, mencionada mais adiante.

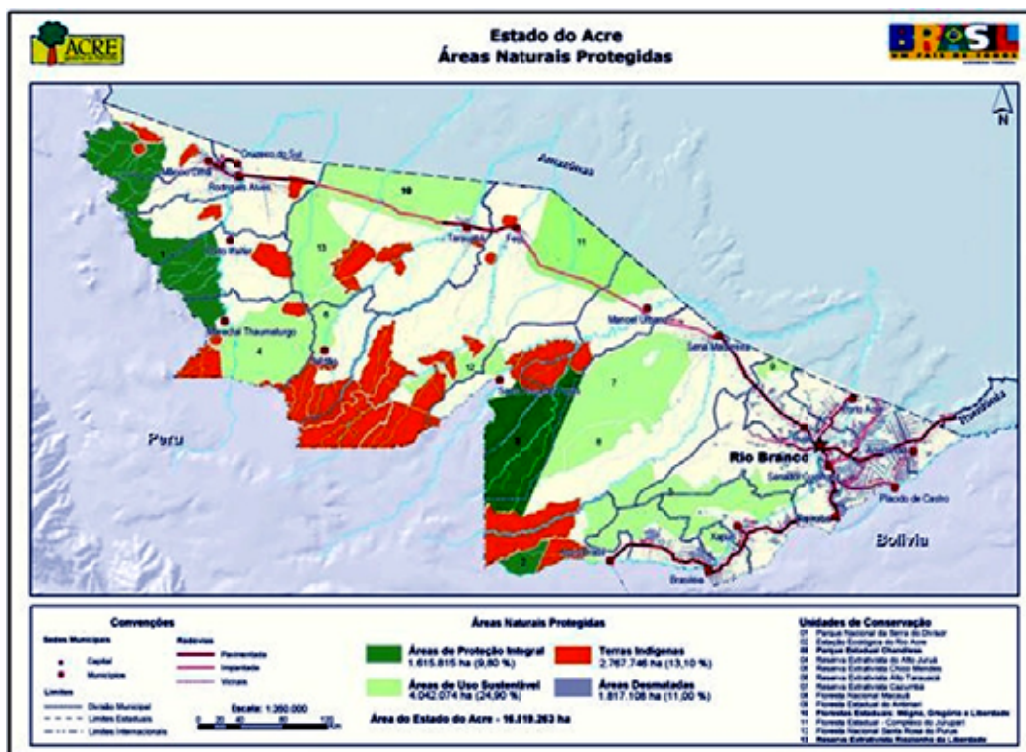
¹³ A outra região petrolífera peruana na Amazônia fica mais para o Norte, nas bacias dos afluentes esquerdos do rio Marañon e do Solimões, os rios Tigre e Mapo, que começam nos Andes equatorianos; dali o petróleo é escoado por oleodutos para um porto no litoral norte peruano, e também vai para a refinaria Iquitos, uma das maiores cidades peruanas, na margem do Amazonas.

Camisea para suprimento da capital Lima e seu porto, Callao, e para exportação de GNL, para a qual está sendo montada uma seqüência de investimentos de interesse do mercado norte-americano: uma planta de liquefação de gás no litoral do Peru, uma nova rota de navios-tanque metaneiros no Pacífico até um porto no México, onde se faz uma planta de re-gaseificação e daí uma re-exportação via gasoduto para a Califórnia¹⁴. Também a partir de Camisea já se projetou despachar gás para o Brasil, ligando com Rio Branco, Porto Velho, ou até mesmo, com Cuiabá e a região Centro Oeste. A interpretação aqui fornecida da situação em ambos os lados da fronteira Peru – Acre é baseada, além dos noticiários eletrônicos e das matérias das ONGs, em depoimentos públicos de lideranças indígenas, durante evento realizado em Rio Branco, em agosto de 2007, sob os auspícios da Comissão pró-Índio do Acre e várias entidades indígenas. A análise é iniciada sobre duas imagens geográficas, uma cartografia do Peru, editada pela Perupetro S.A., (empresa estatal de direito privado, que promove investimentos para a prospecção e exploração de petróleo e gás) e uma cartografia do Acre, elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente, no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. O aspecto gráfico do primeiro mapa é um tanto parecido com os quadros exibidos nos açougues, onde o boi é dividido em pedaços. Assim é representada a superfície da Terra quando os territórios são esquartejados sob a lógica do petróleo e do gás.



¹⁴ Cf *Buletin Resistencia*, da ONG OilWatch, 2005 no qual a integração entre os países continentais é chamada de “anexação” por parte das petroleras norte-americanas, e são detalhadas as redes de dutovias de óleo e gás existentes e projetadas, e a atuação das multinacionais nos vários projetos e países das Americas do Sul e Central.

No segundo mapa, vê-se diferentes áreas reconhecidas pelos governos federal brasileiro e pelo governo acreano nos últimos 30 anos: um mosaico contínuo composto por 27 TIs, Terras Indígenas e 14 UCs, Unidades de Conservação, de uso sustentável (5 reservas extrativistas, 3 florestas nacionais e 3 estaduais) e de proteção integral (1 parque nacional e 1 estadual e 1 estação ecológica), com extensão de 7,8 milhões de hectares.



Uma vez visto este conjunto bem peculiar, vamos retomar a análise da situação do lado peruano, uma vez que lá os problemas das populações com o petróleo e o gás já ocorrem há vários anos; e também porque, do ponto de vista das “petroleras”, o território peruano já estando quadriculado, trata-se agora de quadricular também o território acreano vizinho, pra ir , no mínimo, fechando o quebra-cabeças das informações geológicas das bacias sedimentares aí existentes dois mil metros abaixo da superfície.

Contudo...muitas vezes o povo de lá não gosta da idéia, não quer entregar a terra, não quer sofrer com explosões, poeira, barulho de motores, desconfia que os rios fiquem contaminados ou cada vez mais secos. Posição política bem clara: muitas vezes o povo se considera dono mesmo daquela terra, ainda que não tenham “os papéis devidos”. Simplesmente não quer ser obrigado a deixar de fazer suas atividades centenárias, nem quer ver prejudicada a produção agrícola e de origem animal que de algum modo supre a demanda local e as vezes até gera excedentes. Daí essa nova temporada de revoltas, insatisfações, plebiscitos, multiplicando as negociações locais e diplomáticas, os processos judiciais. Assim cresceram nos últimos anos as disputas e as violências nos Andes peruanos, em Cajamarca, em La Oroya, em Piura, em Tambogrande, no Peru; em

Pascal Lama, no Chile; em regiões andinas da Argentina e da Colômbia.¹⁵ E agora, começam a pipocar também na Amazônia. Isso tem a ver com o discurso pseudo-modernizante do presidente peruano Alan Garcia – cuja prática, na mesma trilha de vários outros governos das Américas do Sul e Central, vai preparando o terreno para subtrair dos descendentes de povos originais do país, as suas terras comunais, e está “concedendo-as” por meio de contrato, para exploração florestal, petroleira e mineira em geral, ou seja, na prática, privatizando-as.¹⁶

Em Julho e Agosto de 2008 eclodiu uma segunda onda de manifestações indígenas contra o governo peruano e as grandes corporações, que lá disputam o acesso e a posse de recursos minerais, hidrelétricos, petrolíferos e madeireiros. O presidente peruano Alan Garcia declarou em 18 de agosto, Estado de Emergência por trinta dias, suspendendo alguns direitos constitucionais, inclusive o direito de se reunir, em quatro localidades: províncias de Baguá e Urubamba, no Estado do Amazonas, de Datem del Maranon, no Estado de Loreto, e no distrito Echarate de La Convencion, província de Cuzco. O noticiário pró-corporações falava em “*milhares de índios peruanos das regiões da Amazônia que bloquearam estradas e ocuparam várias instalações de empresas de petróleo*” e repercutia a decisão de uma das *petroleras*, de capital argentino, a Plus Petrol que “*retirou seus trabalhadores dos campos de gás natural na Amazônia peruana na semana passada como precaução durante os protestos*”.¹⁷

Dias depois, podia-se ler no site da entidade indígena da Amazônia Peruana, a AIDSESP, que os estudiosos do Colégio de Antropólogos de Cusco, da Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de San Antonio Abad, e do Instituto de Estudios Andino Amazónicos de la Región (IDEAR), anunciavam sua solidariedade com os indígenas em luta, e definiam bem os alvos, os Decretos - Lei que o governo Garcia estava atropelando para aprovar no Congresso:

“ *a. El rechazo a los DL 1015 y 1073 por ser leyes violatorias y anticonstitucionales que incumplen el convenio 169 de OIT suscrito por el Estado Peruano, donde se reconoce la existencia legal y autónoma de las comunidades sobre sus tierras. b. Rechazamos el paquete de decretos emitidos desde el Ejecutivo con la anuencia cómplice del Congreso, que bajo el pretexto de modernización del Estado y su inclusión con el TLC con Estados Unidos, se están vulnerando derechos sociales y culturales fundamentales de los pueblos indígenas de los andes y la*

¹⁵ MERINO, S. *Un Tsunami Recorre La Cordillera Sudamericana dejando a su paso desolación y muerte*, baixado do site <http://www.conflictosmineros.net/al>, 15.12.2007

¹⁶ Um artigo crítico do site [America Latina em movimiento](http://www.americalatinaemmovimiento.org) assim caracteriza os pronunciamentos do presidente peruano: “*El Sr. García cree que la nueva minería no afecta al medio ambiente, que la antigua sí. Es eso lo que sostienen las grandes empresas. Estas se atreven incluso a sostener que los llamados mineros informales le hacen más daño al medio ambiente que las grandes empresas. En este punto preciso el Sr. García concuerda con su amigo Bush e insulta a los defensores del medio ambiente llamándoles comunistas y oportunistas. Nunca las grandes empresas mineras tuvieron un presidente como Alan García. Su felicidad no puede ser mayor. Artículo de Rodrigo Montoya “Alan García: Vender la Amazonía y todo el Perú para no ser “perros del hortelano”*” 06.03.2008 <http://alainet.org/>

¹⁷ Matéria “*Peru declara emergência após protestos de índios*”, *Agência Estado*, 18/08/2008, c/dados *Agência Dow Jones*.

Amazonía, dando luz verde a la expoliación del gran capital a costa de la territorialidad y los espacios productivos indígenas”.

Criticam também o “*silencio cúmplice*” dos governantes regionais, e exigem “*políticas estatales que beneficien también a los pueblos Matsigenka, dueños de los territorios del Gas de Camisea que viene a ser la principal fuente de riqueza de nuestra región*”.¹⁸

5. O Acre, cujo povo conquistou terra e direitos, agora diante da miragem petrolífera

Nos anos 1970 o Estado do Acre, então recém-criado, vivenciou o início de uma profunda transformação social e política que ainda hoje está se completando. A chegada por assim dizer dos “paulistas”, que vieram desmatar, tirar madeira e criar gado, coincide no tempo histórico com a emergência da ação política dos seringueiros e colonos – na qual se destacou o líder Chico Mendes, assassinado em 1988. Dessa luta, que continuou, resultou a criação legal das Reservas Extrativistas. Na mesma conjuntura, também os indígenas de várias etnias começam a se auto-identificar, a participar da vida política e partidária no Acre, e a obter conquistas inéditas, dentre elas as primeiras homologações de suas Terras Indígenas. Pode-se dizer que os Kaxinawá, entre outros iniciaram uma verdadeira revolução na floresta, que redundou na recuperação de 110 mil hectares desde então por eles controlados. (ver a pesquisa pioneira de AQUINO, 1977, bem como o acervo da CPI-Acre). Em seguida, essa luta dos Kaxinawá do rio Jordão serviu de estímulo para a mobilização política em outras terras indígenas acreanas, outros Kaxinawá do rio Humaitá, os Kaxinawá e os Ashaninka do rio Breu, os Yawanawá e Katukina do rio Gregório, os Poyanawa e Nukini do rio Moa, os Katukina de Campinas, Ashaninka do rio Amônia, Jaminawa-Arara do rio Bagé, Arara do Igarapé Humaitá, Jaminawa do Igarapé Preto, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera, e ainda outros. Se tais grupos tão diversos, alguns antigos inimigos, hoje talvez controlem mais de 15% da superfície florestada do Estado, mesmo que sejam terras da União, é porque houve uma verdadeira revolução indígena acreana, inconclusa, é claro! Pois, além dos que cruzam a fronteira peruana atrás de madeira, além dos “paulistas” insistindo com o gado, a cana, o soja, agora os índios terão também de enfrentar a cobiça – aguçada pela limitação evidente do crescimento da indústria e dos lucros costumeiros – e suportar ou não ... o autoritarismo da poderosa indústria petrolífera.

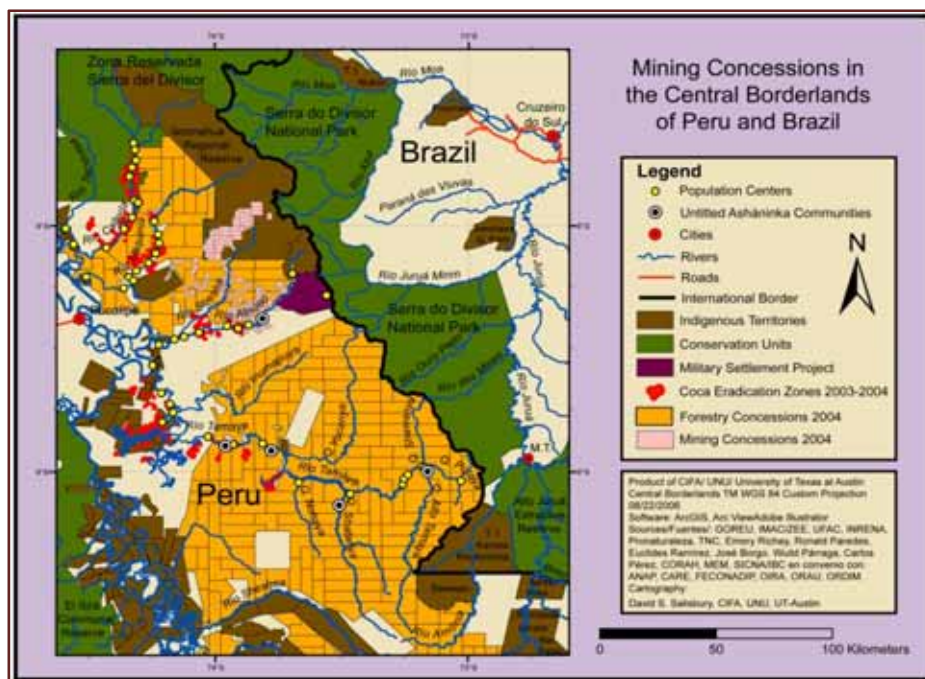
Ao percorrer os dois mapas que apresentamos atrás, basta prestar atenção aos lotes destinados à exploração de petróleo e gás no Peru, e conferir as suas sobreposições com áreas reconhecidas, ou propostas, como territórios indígenas e com áreas naturais protegidas. O mesmo ainda não acontece do lado brasileiro, mas é como se tudo estivesse sendo preparado para

¹⁸ <http://www.aidesep.org.pe/index.php?codnota=207> em 21 de agosto de 2008.

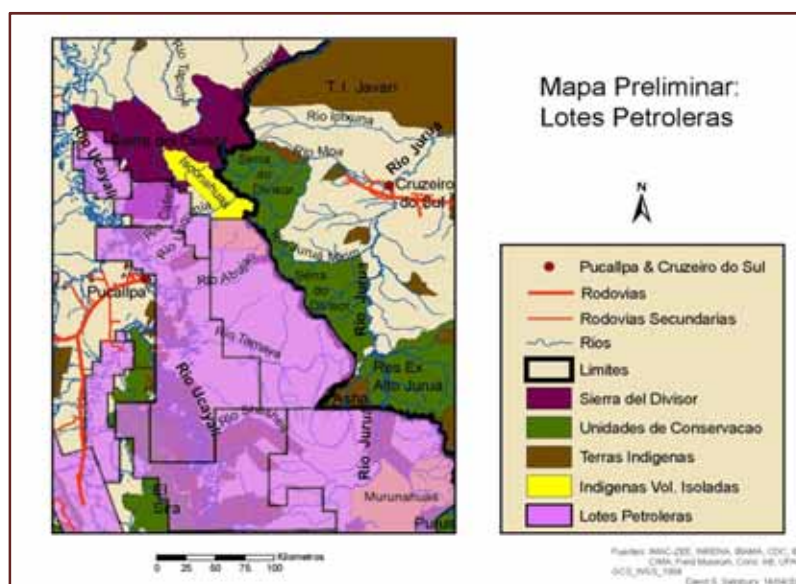
acontecer. Eis algumas pistas que nos fornece o antropólogo IGLESIAS, 2007: no extremo oeste do Brasil, do “lado de cá” da fronteira, está o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD); “do lado de lá”, eram há uma ano, “*bloques*” petrolíferos em “processo de seleção” (135, 137, 138 e 139). Os dois primeiros lotes são sobrepostos à *Reserva Territorial RT Yavarí Tapiche*, proposta para proteção dos povos Matsés, Mayoruna e Isconahua, “isolados”.¹⁹

Cresce nessa região, há alguns anos, a ação de madeireiros legais e ilegais e, na *RT Isconahua*, a exploração de garimpos de ouro, em áreas concedidas a empresas pelo governo. Esses lotes integram um total de 11 editais, com extensão agregada de 22 milhões de hectares, na região amazônica, cuja licitação foi aberta pelo governo peruano em janeiro de 2007, sem qualquer consulta prévia às organizações indígenas, contrariando, portanto, o previsto no Convênio 169 da OIT. Visto que sete lotes têm sobreposições com seis *Reservas Territoriales*, algumas já criadas, outras propostas, essa ação estatal foi duramente criticada pela *AIDSESP, Asociación Indígena por el Desarrollo de la Selva Peruana*, por outras organizações indígenas regionais, e por entidades ambientalistas, peruanas e internacionais. O governo peruano anunciou a revogação de alguns editais e estudos para reavaliar outros, mas o fato é que hoje pelo menos 70% da Amazônia peruana, 48 milhões de hectares de bacias sedimentares, estão quadriculados, ou seja, os terrenos na superfície acima dessas bacias estão “loteados” para exploração de petróleo e gás, à revelia de seus ocupantes antigos. A atuação do governo peruano nessa região em favor de grupos capitalistas obedece, portanto, a uma perversa seqüência: primeiro a madeira, depois o petróleo e o gás. (SEVA, IGLESIAS, 2007). Boa parte dessa região já fora concedida pelo governo peruano para exploração por empresas madeireiras, com graves prejuízos para os moradores e para as *RTs*, além de estarem invadido, de forma recorrente, o território brasileiro, no Parque Nacional da Serra do Divisor, extremo Oeste brasileiro, e na TI Kampa do Rio Amônia. Próximo dali, a Reserva Extrativista do Alto Juruá está claramente sob ameaça de prospecção petrolífera. Em pesquisa universitária de uma equipe de Pucalpa com um doutorando norte-americano, fica revelada a própria desinformação oficial sobre a cartografia e a demografia, em áreas onde se sobrepõem essas concessões quadriculadas, ver tese de SALISBURY, 2007.

¹⁹ O relator da ONU, STAVENHAGEN alerta para a falta de proteção dos povos ditos isolados: [2008, p.120] “*Um caso ilustrativo de este dilema se ha venido dando en Perú, en donde el Decreto Ley N.º 22175 rige las reservas territoriales de los pueblos indígenas “en aislamiento voluntario o contacto inicial”. De las cinco reservas territoriales existentes, todas han sido delimitadas pero se superponen con concesiones mineras, de hidrocarburos o forestales que vulneran diversos derechos individuales o colectivos de los pueblos indígenas. El Estado no ha definido aún la política, el marco jurídico ni la institucionalidad necesaria para la protección de los derechos de las comunidades indígenas de la Amazonía peruana. Se ha podido constatar el daño producido a estos pueblos por diversos agentes sociales y económicos que entran en contacto permanente con ellos. En 2005 la preocupante situación de los pueblos indígenas de la Amazonía peruana, afectados también por un gasoducto que atraviesa su región, condujo a la creación de una Comisión Especial que elaboró un proyecto de ley de protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario o contacto inicial. Pero el Congreso dictaminó un proyecto de ley distinto, que limita y desarticula el régimen especial de protección de estos pueblos propuesto por la Comisión Especial. En caso de ser aprobada, esta ley dejaría desprotegidas a las comunidades indígenas de estas reservas.*”



Cartografia extraída de SALISBURY, 2007



Cartografia extraída de SALISBURY, 2007

Mais a Leste está o *Parque Nacional Alto Purus*, com 2 milhões de hectares, consideradas nos mapas da PeruPetro como “*Zona intangible*”. Ao lado, ficam as TIs Kampa e Isolados do Rio Envira, Riozinho do Alto Envira e Alto Tarauacá, destinadas pelo governo brasileiro aos índios considerados isolados. Conforme IGLESIAS, 2007 e MEIRELLES, 2007, alguns destes isolados são moradores da região desde antes da chegada dos seringueiros no começo do século XX, e sobreviveram às correrias e aos conflitos armados; outra parte deles, no entanto, chegou em terras brasileiras nos últimos anos, como se fugissem das violências dos madeireiros e do desembarque das “petroleras” no lado peruano. Uma nova “arena” de disputas esteja se formando nesta faixa fronteiriça, esse antagonismo criado pelas “petroleras” contra grupos humanos desconhecidos.

(v. MONTEIRO e SEVÁ, 2008)

O ano de 2007 havia sido marcado no Acre pela propaganda e pela articulação política e empresarial em torno da possibilidade de prospecção, entendida pelo “establishment” como inevitável, compatível com a vocação florestal do Estado, e ainda mais, tida como uma prospecção certa: acham e raciocinam como se de fato existisse petróleo e gás sob o Acre, em condições econômicas de produção, e que isso será certamente benigno para todos no Estado.

A cúpula política, que integra a base de apoio do governo federal soltava declarações e “releases” sucessivos, promovia reuniões propagandísticas denominadas “Seminários” e “Audiências” sobre essa novidade, enquanto os poucos dissidentes organizaram em Julho de 2007, um evento tipo acadêmico no auditório da Associação de Docentes da UFAC, explicitamente chamado: **“Petróleo, gás, hidrelétricas, agro-negócio, que desenvolvimento é este?”**, outros alimentavam a coluna **“Papo de Índio”**, uma página dupla dominical no jornal **“Página 20”** de Rio Branco.²⁰ Em Agosto de 2007, vários representantes indígenas foram convocadas pelo líder Joaquim Tashka Yawanauá, com o apoio da Comissão Pró- Índio do Acre e algumas ONGs, para debater com estudiosos e com índios representantes de entidades peruanas e equatorianas a previsão de prospecção de petróleo. Recentemente, os Ashaninka, uma etnia que tem grupos no Peru e no Brasil, em área próxima à dos índios isolados, vieram a público denunciar as primeiras mazelas da prospecção de petróleo do lado peruano, pela estatal brasileira que lá obteve a concessão de um **“bloque”** fronteiriço. (ref. **Blog do Altino**, set.2008).

O sertanista MEIRELLES, mencionado, é funcionário da autarquia federal FUNAI – Fundação Nacional do Índio, e mantém com grande esforço uma Frente de Proteção etno-ambiental na área dos isolados e freqüentemente torna público seus relatos, suas fotos; talvez esteja sendo vivenciada, no século XXI, a conhecida e dramática experiência de evitar ou, no mínimo, postergar e restringir bastante o prejuízo inevitável do contato. A consciência branca foi recentemente sacudida pelas famosas fotos dos índios isolados disparando fechas contra o avião que sobrevoava, e que foram manchetas mundo afora. Conforme a conexão feita pelo jornalista acreano Altino Machado, vemos que às “petroleras” e ao governo peruano incomoda muito que existam índios isolados: ... *“a aldeia fotografada em território do Brasil, perto da fronteira com o Peru, está localizada em região onde madeireiros ilegais peruanos destroem a floresta e a forçam a fuga de povos indígenas isolados do Peru para o Brasil. - “O que se passa naquela região [do*

²⁰ Uma série bem representativa daquele semestre de 2007, é formada pelos artigos de Txai Terri AQUINO e Marcelo Piedrafita IGLESIAS dia 25 de fevereiro de 2007, *“Prospecção de petróleo e gás nas florestas acreana”*, de IGLESIAS, dia 04 de março, *“No tempo do novo “ouro negro”: uma parábola”*, apresentando o texto de MEIRELLES Jr.: *O povo que planta pedra*; a série de três artigos *“O petróleo e o gás debaixo da terra Pan-Amazônica”* publicados em 25 de março, 01 de abril e 15 de abril, assinada por SEVÁ e IGLESIAS; o artigo de LIMA, ALMEIDA e IGLESIAS, publicado em 29 de abril, *Petróleo, gás, estradas e populações tradicionais no Alto Juruá*; que citou a investida dupla, pelo eixo da BR317 e Intericeânica, e pela pretendida rodovia Cruzeiro do Sul – Pucallpa, despertou reações e acusações indevidas, e levou o pesquisador Mauro ALMEIDA a replicar em 06 de maio: *“Diálogo ou inverdades?”*, e IGLESIAS, em 13 de maio: *“Mudanças que o “ouro negro” traz.*

Peru] é um grande crime contra a natureza, índios, e a fauna, bem como um claro indício da total irracionalidade com que nós, os “civilizados”, lidamos com o mundo, lar de todos nós” - afirma o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles Júnior. A entidade International Survival assinala que o presidente peruano Alan Garcia, antes da divulgação das fotos, já afirmara publicamente que os povos indígenas isolados foram “criados” por “ambientalistas” que se opõem à exploração petrolífera na Amazônia. O mesmo fora feito por Daniel Sabá, presidente da Perupetro SA, agência estatal que promove a concessão de contratos para a prospecção e produção de petróleo e gás.”²¹

Entretanto, bem antes de serem incomodados os índios isolados, os demais acreanos já estão sentindo as primeiras seqüelas da prospecção: a movimentação das equipes das empresas especializadas, e a manipulação das informações técnicas e geográficas precisas. Em fins de Junho de 2008, foi bastante noticiada em Cruzeiro de Sul e na capital Rio Branco, a visita de funcionários da agência petrolífera brasileira ANP e executivos de uma multinacional de serviços especializados em prospecção²². No entanto, nas palavras do jornalista Altino Machado: *“Nenhuma visibilidade foi dada, por exemplo, ao início da prospecção aérea na região do Juruá, executadas nos últimos meses pela Lasa Engenharia e Prospecções Ltda., vencedora, com uma proposta de R\$ 21 milhões, de edital aberto pela ANP em final do ano passado. Aviões sobrevoando, a alturas bem reduzidas, muitas vezes à noite, se tornaram um constante na região, para espanto e temor dos moradores da floresta, inclusive de terras indígenas e unidades de conservação, totalmente desinformados sobre a atividade e seus reais objetivos... Populações tradicionais, de seringueiros e agricultores, as quais, em momento algum, foram consultadas sobre a possibilidade de uma futura prospecção e exploração de petróleo e gás em seus locais de moradia”*. Hoje, a “fronteira” na vida dos acreanos não se expressa apenas como ponta da linha da expansão geoeconômica que “sobe” há décadas por Mato Grosso e Rondônia, pela rota da BR-364, na época de JK chamada de “Rodovia Brasília - Acre”. Vem também pelas rotas do Peru e da Bolívia, se confunde com essa rodovia Interoceânica, uma fronteira furada todo dia por sacoleiros e consumidores que vão à “Zona Franca” de Cobija, capital do departamento de Pando, Bolívia, e por madeireiros, caçadores de plantas e bichos, *caucheros*, garimpeiros e outros vindos das províncias peruanas.

²¹ extraído de [HTTP://altino.blogspot.com](http://altino.blogspot.com), 06.09.08; matérias pertinentes também são publicadas no portal [Terra Magazine](#), no [Blog da Amazônia](#), mantido pelo mesmo jornalista.

²² Conforme artigo de Genival Moura (em [“A Tribuna do Juruá”](#) e em [“A Tribuna”](#), de Rio Branco, e mencionada no [Blog do Altino](#), 02.07.2008), a HRT que significaria High Resolution Technology and Petroleum. A missão veio para: *“O levantamento das condições logísticas na região, o sobrevôo em certas áreas e os primeiros contatos com os órgãos ambientais são pré-condições para a atividade de coleta de amostras do solo em dois mil locais na região, todos situados fora de terras indígenas, unidades de conservação e outras áreas de preservação”*.

6. Corporações, diplomatas, arapongas e... do outro lado, indígenas?

Qual o futuro provável? Ao que parece, as “petroleras” desembarcam com o apoio animado de dirigentes locais, mas nem por isso o conflito será evitado. Por um lado, países e políticos da América do Sul, da chamada América Latina, passam a desenvolver de fato algum sincronismo político, ideológico, cultural. Por outro lado, o Brasil amazônico também já participa desse sincronismo, mesmo que seja expresso pela fraqueza dos governos estaduais diante do poderio das multinacionais brasileiras e estrangeiras, mesmo que seja pela reação organizada direitista ligada à grilagem e espoliação de terras, com forte ranço anti - étnico. Contra “*esos indígenas* !

É o que estamos vendo, com super-exposição por parte da mídia empresarial, no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, e também, dentre outros, no caso da TI dos Kaiabi, na região do rios Arinos e Peixes no Noroeste de Mato Grosso.

A fronteira amazônica moderna também é sacudida pela abertura de novas rotas de conquista, a serviço das *oil sisters* e dos grandes grupos industriais e financeiros, mesmo que ainda sejam chamados “empreiteiras”. Nas Amazônias em vários quadrantes, e também no Acre, aí por perto, nascem o que se pode batizar de “Estados novos privados” do século XXI: uma constelação de “*Companhias das Índias amazônicas ocidentais*”, representada ali em Coari pela *Petrobrasville*, no eixo desde o Mato Grosso até o Equador pela *Odebrextilândia*, acolá pelas criaturas mega-capitalistas como a conhecida CVRD, agora “Vale”, que está no “Carajás” ainda paraense, está em Pitinga, terra dos Waimiri Atroari, no Amazonas, e está também lá no litoral norte do Peru, em Piura, em busca de fosfato, de ouro, e como o intempestivo grupo X – dos minérios, metais, usinas, plataformas de petróleo, e do ouro (grupo personificada pelo filho Eike, do dr. Eliézer Baptista da Silva, famosos executivo da CVRD), que abriu negócios na Bolívia, no Amapá e alhures. A própria fronteira acreana, herdada do tratado de Petrópolis após a “guerra dos seringalistas” do começo do século XX, hoje é sacudida por essa “*Odebrextilândia*” mencionada, e se tenta diluir um tanto por meio dessa misteriosa “*MAP region*”²³, criada há poucos anos, da qual já se vê até logotipos e nomes em cartas geográficas na Internet, como se tivera existência geográfica e institucional.

E, tentando conferir uma racionalidade ao todo desta última fase de conquista, as multinacionais e os diplomatas criaram a *Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana*, ou *IIRSA*, planos nos quais se inclui a Rodovia Interoceânica, em fase de construção pela Odebrecht e suas associadas, uma iniciativa que é vista pelos criadores desta “*MAP region*” como inevitável, e

²³ da sigla MAP = Madre de Diós, (província peruana) + Acre + Pando (Departamento boliviano), criada pelo professor Foster Brown, da Fundação Zoo-Botânica da UFAC, dentro de uma cooperação com a Universidade da Florida, EUA e com várias outras entidades.

de forma positiva, desde que se cuide de alguns “impactos” (ver BROWN e outros, 2001). A mesma IIRSA no entanto é qualificada pela pesquisadora Ana Ester CECENA e outros, 2007, como uma nova “territorialidade da dominação”.

Nesse ponto, vai ficando mais claro e mais provável que: os acontecimentos regionais serão interligados, o Acre e com ele a Amazônia e o Brasil, têm agora seus destinos bastante mais vinculados aos destinos do Peru, da Colômbia, do Equador, e claro! da Bolívia. Numa conjuntura particularmente perigosa para os povos desses países, conforme relembra o professor James PETRAS ao comentar o livro de Calvo Ospina sobre o terrorismo de Estado²⁴:

“A emergência do totalitarismo com base de massa, substituindo a tradicional oligarquia autoritária, é parte da emergência de novas e virulentas políticas de extrema direita na América Latina. Na Bolívia, a extrema direita da classe dominante de Santa Cruz combinou uma base de massa da classe média com as suas próprias forças de choque "paramilitares" na busca de uma "autonomia" (secessão) e do controle dos maciços rendimentos do petróleo e do gás que decorrem de parcerias com multinacionais estrangeiras. Na Argentina, a direita dura nas províncias construiu uma base de massa de várias centenas de milhares para a defesa dos enorme lucros da exportação de commodities. Na Venezuela, a direita dura pôde colocar várias centenas de milhares na rua e organizar as suas próprias tropas de choque paramilitares. Longe de a Colômbia de Uribe ser a "exceção" numa "onda progressista" na América Latina, é mais realista encará-la como emblemática dos novos líderes totalitários que combinam eleições e terrorismo político. A Colômbia, como descreve Calvo Ospina, é na verdade o "Laboratório da extrema direita". O êxito de Uribe significa perigo para os trabalhadores, camponeses e movimentos populares da América Latina”.

O Equador recém aprovou uma nova Constituição, com grandes avanços na defesa dos indígenas e do patrimônio nacional, e o governo Correa já avisou que o contrato norte-americano com a base militar de Manta não será renovado a partir de 2009. Mas, como vimos, há várias pendências com as “petroleras”, e os indígenas por enquanto contam com o apoio do presidente Rafael Correa, que segue sob pressão das corporações, inclusive brasileiras, para flexibilizar regras, acolher bem os novos investidores, etc., etc. Ele mesmo no entanto, há um ano e meio atrás, endossou a campanha dos ambientalistas e dois indígenas para poupar o Parque Yasuni da exploração petrolífera. As entidades vão adiante e propõem internacionalmente uma campanha **“Guardar el crudo en el subsuelo”** - o que pode assumir a forma simples de trocar um barril caro

²⁴ Colômbia, laboratório de bruxarias: Democracia e terrorismo de Estado , por James Petras www.resistir.info 13.08.2008

extraído na floresta por um barril barato simbólico, para não extrair, o qual seria adquirido por cidadãos e governos interessados em preservar a integridade do Parque e dos seus habitantes:

“La propuesta Yasuní además de contribuir al clima global, ayudará a proteger una de las zonas más biodiversas del mundo, que es además territorio de pueblos en aislamiento voluntario. Los mecanismos financieros de las compensación que busque el Ecuador deben estar a tono con estos objetivos... Organizaciones de prácticamente todos los países industrializados se han comunicado con la campaña “Amazonía por la vida” para emprender campañas de recolección de fondos.... Millares de personas que quisieran comprar un barril para no explotarlo... un esfuerzo que reafirma las responsabilidades comunes pero diferenciadas, frente al calentamiento global²⁵.

Na Bolívia, prossegue o golpe separatista dos dirigentes de alguns departamentos, fomentado pela disputa da renda petrolífera e direcionado pelo ativismo racista dos “terratenientes”. Conforme o articulista SARAVIA, escrevendo no portal jornalístico Bolpress.com em agosto passado: *“Ahora bien, el interés de Estados Unidos en Bolivia es el cambio de gobierno. Washington quiere deshacerse de Evo Morales (ya se han caído dos de sus tres helicópteros). La Casa Blanca quiere a un Tuto Quiroga, un Mauro Bertero o un Branko Marinkovic en la presidencia del país. Las transnacionales del petróleo quieren volver al antiguo régimen de utilidades y de saqueo de las materias primas bolivianas. Son los grandes intereses mineros los que quieren un retorno al pasado, a un Estado boliviano administrado aunque sea por una cleptocracia corrupta como la de Gonzalo Sánchez de Losada, sí, pero cleptocracia fiel a Washington”*.²⁶

No mês de agosto, partidários do prefeito de Pando, Leopoldo Hernandez, e grupos paramilitares haviam tomado o aeroporto de Cobija - cuja pista todos sabem foi construída pelos norte-americanos - para impedir o desembarque de um ministro de Morales. Para confirmar a estreita relação desses fatos com a fronteira acreana, movimentam-se através delas também expedientes eleitoreiros, ilegalidades de todo tipo, pistoleiros...:

²⁵ *“El Parlamento Alemán por ejemplo, además de solicitar la extensión del plazo del crudo represado en el ITT y apoyar a la iniciativa, se comprometió en revisar y desarrollar la propuesta de Ecuador sobre la conservación global del clima y la biodiversidad... Después de una larga ronda de negociaciones con el Parlamento de Noruega existe un fondo para programas/planes/proyectos que contrarrestarán la deforestación de los bosques tropicales. El monto aprobado es de 240 millones de coronas al año, y se aspira que de allí se puedan destinar importantes recursos para la propuesta de mantener el crudo en el subsuelo. Igualmente hay un movimiento dentro de Noruega para destinar por lo menos una parte del fondo petrolero noruego a la iniciativa ecuatoriana y ese es un fondo que tiene muchísimo dinero.El Gobierno suizo está interesado en respaldar su propuesta de constituir un fondo ambiental, para compensar al país por los ingresos que dejaría de percibir si suspende la explotación del campo petrolero ITT. ...El Ministro de Asuntos Exteriores español expresó el interés de España por el plan para la conservación del Parque Nacional Yasuní ecuatoriano mediante un fondo de compensación para que se renuncie a explotar esos recursos petroleros”*. de *Sobre el crudo represado Y la propuesta del Ecuador*, OilWatch.org em 16.07.2008

²⁶ *Los medios, la clase media y los intereses estadounidenses en Bolivia* Alejandro SARAVIA www.bolpress.com 07 ago 08

*“Todavía Fernández nos debe una explicación sobre la presencia de los madereros-hacendados-aserradores-ganaderos-terratenientes, que convirtieron a Pando en su feudo. ... que concentran casi un millón de hectáreas de fértiles tierras. Fernández ganó la Prefectura de Pando luego de una disputa político-electoral poco investigada y menos explicada, que incluyó a votantes brasileños en Bolpebra, y otras áreas fronterizas”*²⁷.

Após o Referendo de 10 de agosto de 2008, com a ratificação do presidente, reconduzido por 67% dos votantes, e dos prefeitos de departamento, a oposição acirrou ainda mais a desestabilização organizada. No momento de fechamento desse artigo, meados de Setembro de 2008, o embaixador norte-americano na Bolívia havia sido expulso por causa de suas ligações conhecidas com os opositores ao presidente Evo Morales Ayma, prosseguiram os vandalismos e violências contra lideranças e entidades, e o país estava sob o choque da chacina de Porvenir, na qual centenas de manifestantes foram tocados e quatorze assassinados perto da cidade de Cobija, capital do departamento de Pando,. Disse Morales em uma coletiva de imprensa: *“...pero lo que paso en Cobija con metralletas, sicarios, narcotraficantes, brasileños y peruanos operando al mando del Prefecto de Pando, es muy grave por cierto”* E o comunicado oficial esclarece:

*“El Gobierno declaró la noche del viernes estado de sitio en todo el departamento de Pando mediante el Decreto Supremo Nro. 29705 para restablecer el orden ante la ola de violencia criminal desatada en los últimos días por bandas de paramilitares al servicio de la Prefectura de ese departamento”*²⁸. Um dos atos mais simbólicos dessa escalada direitista foi invadir e empastelar a sede de uma confederação de entidades indígenas : *“Esta desastrosa y vergonzosa actitud hecha por los intereses de busca de no perder el poder de los partidos políticos tradicionales, que injustamente han involucrado a la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia CIDOB”*²⁹, *Organización miembro de la COICA , que a sufrido el saqueo y toma de las instalaciones por interés ajeno...”*³⁰

E o quê farão afinal, os tantos das nações Pano, Aruak, Kitchwas, Aymaras, Gês, Guaranis, Tupis? O quê farão todos esses *Nawa* que ali moram há tempos, que, em geral estão se multiplicando, e que nos desafiam? Apesar de tudo, quase todos eles necessitam de algumas das mesmas mercadorias e serviços básicos que nós não-índios, inclusive os derivados de petróleo e

²⁷ WWW.bolpress.com Serie "Gobernadores" del cuarto menguante (parte III) acceso 07agosto 2008, Leopoldo Fernández: Socio de García Meza y Banzer, y latifundista compra conciencias, autor : Edgar Ramos Andrade

²⁸ WWW.bolpress.com 13.09 08 Presidente: Si cesan los atentados, no será necesario ampliar estado de sitio a otras regiones

²⁹ Na internet: <http://www.cidob-bo.org/>

³⁰ Extraído do site da COICA: **“Comunicado a la comunidad internacional : Pueblos indígenas de Bolivia amenazados a un nuevo colonialismo en pleno siglo XXI”**. Ao final do comunicado: **CONVOCAMOS; A todas las Organizaciones miembros de los nueve países, miembros de la COICA ; COIAB – Brasil, AIDSESP – Perú, ORPIA – Venezuela, OPIAC – Colombia, CONFENIAE – Ecuador, OIS – Surinam, APA – Guyana, FOAG, Guyana y a los Organismos Internacionales; ONU, OEA, OTCA, PARLAMAZ y CAN, aunar esfuerzos para defender la integridad del movimiento indígena en Bolivia, bajos los principios de SOLIDARIDAD.** <http://www.coica.org.ec/sp/noticias/archivo2008/pronuncidob.htm>

muitos deles gostariam de ter boas relações conosco. Muitos mais, no entanto, não pretendem perder a sua terra, seus rios e peixes, suas matas, os restos de seus mortos e o quê conhecem e o que mitificam desse mundo.

7. Desfechos ainda possíveis

O enredo desse conflito é histórico e político, e como se vê, por meios violentos. Pela lógica, conflitos serão multiplicados e intensificados pelo próprio assédio das “petroleras” e dos grupos direitistas por ela instrumentados. Por isso mesmo, o sistema repressivo também se prepara para militarizar as instalações produtivas, e mais do que isso, criminalizar os dissidentes, os atingidos, os prejudicados. Não apenas o presidente Morales tem que colocar tropas nas refinarias e gasodutos bolivianos, mas por aqui também chegaremos a tanto. Conforme notícia divulgada no Brasil em Março de 2008: “*O governo federal deu início a um trabalho conjunto de logística e de inteligência que tem como objetivo impedir ações de movimentos sociais em áreas tidas como "prioritárias de infra-estrutura", ou seja, aquelas que, se afetadas de alguma forma, podem trazer prejuízos econômicos ao país. Barricadas em estradas, bloqueios em ferrovias e invasões a usinas hidrelétricas são exemplos já ocorridos e que, agora, o governo quer evitar - ou ao menos encontrar meios para amenizar seus efeitos.*”³¹

A Amazônia infelizmente já foi e vai ficar marcada pela civilização fóssil capitalista. A única possibilidade de reverter historicamente esta rota seria investir cada vez menos na ampliação dessas capacidades produtivas, bloquear de algum modo a implantação dos numerosos projetos. Guardar o petróleo no subsolo? Desacelerar o consumo de combustíveis, estabilizar? Diminuir a demanda de quase 100 bilhões de barris / dia? Ora, demarcar o conflito criado pelas *petroleras* com quem esteja em seu caminho, não nos obriga, de modo algum, a oferecer ou endossar alternativas energéticas; este não é o escopo desse artigo nem do evento onde é apresentado aos colegas e aos estudantes. Obriga-nos, sim, a ser solidário com os que vêm sendo ameaçados e derrotados pela indústria e por seus braços cada vez mais armados.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Referências bibliográficas e matérias extraídas da imprensa e na Internet

- ALMEIDA, M.E.B. *Diálogo ou inverdades?* Página 20, Rio Branco, 6/5/2007 (Coluna Papo de Índio)
 AQUINO, T.V., IGLESIAS, M.P. *Prospecção de petróleo e gás nas florestas acreanas* Página 20, Rio Branco, 25/02/2007 (Coluna Papo de Índio)
 AQUINO, T.V. *"Kaxinawá do Rio Jordão: de seringueiro caboclo à peão acreano"*, dissertação de Mestrado, Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, UnB, 1977.

³¹ Extraído de Folha de São Paulo, 16.03. 2008: “*Governo quer conter ações de movimentos*”, por E.SCOLESE, Brasília. “*O monitoramento dos serviços de inteligência aos movimentos sociais é antigo. Diante de uma alegada precaução econômica, tal ação desta vez será feita às claras, inclusive com a participação de ministérios. Segundo portaria do GSI do mês passado, serão criados os GTSICs (Grupos Técnicos de Segurança de Infra-estruturas Críticas), formados por representantes do GSI- Gabinete de Segurança Institucional, de ministérios e de entidades. Os grupos vão propor ações nas áreas prioritárias. O primeiro grupo, de energia, terá participações de GSI, ministérios de Minas e Energia e da Agricultura, Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*”

- BARTHELEMY, *Les routes contestées du pétrole équatorien* Le Monde Diplomatique janvier 2003
- BOEDT, P. y MARTINEZ, E. “*Guardar el Crudo en el Subsolo*” OilWatch, Bali, 2007
- BROWN, E. F.; BRILHANTE, S. MENDOZA, E., OLIVEIRA, I. R. “*Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos portos do Pacífico: Como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul Ocidental*”. In “Encontro Internacional de Integração regional – Bolívia, Brasil y Peru”, setembro 2001, Centro Peruano de Estudios Internacionales, CEPEI, Lima.
- CECEÑA, A.E., AGUILAR, P., MOTTO, C. “*Territorialidad de la Dominación: La Integración de la Infraestructura regional sudamericana (IIRSA)*”, Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, www.geopolitica.ws Buenos Aires: Coord. Edit. Asociación Nuestra América, 2007
- FDA_AA *Catástrofe en La Selva Fraude y engaño de Texaco en el Ecuador_Un Informe Investigativo Elaborado por el Equipo Legal del Juicio de Lago Agrio, Frente de Defensa de la Amazonía Asamblea de Afectados* mayo del 2007 www.texacotoxico.org
- GAWORA, D. “*Urucu. Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas*” Manaus: Editora Valer, 2003.
- IGLESIAS, M.P. “*Mudanças que o “ouro negro traz”*”. Página 20, Rio Branco, 13/5/2007 (Coluna Papo de Índio)
- LEROY, J.P e MALERBA, Julianna “*Petrobrás: integración o explotación?*” Rio de Janeiro: FASE-PBSD, 2005
- LIMA, E. C., ALMEIDA, M.W.B., IGLESIAS, M.P. *Petróleo, gás, estradas e populações tradicionais no Alto Juruá* Jornal Página 20, Rio Branco, 29/4/2007, Coluna Papo de Índio
- MORAES, M.S. “*O loteamento do mar: conflito e resistência*”; ACSELRAD, H (org) “*Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*” Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FASE, 2004.
- MEIRELLES JR, J.C. *O povo que planta pedra* Página 20, Rio Branco, 4/3/2007 (Coluna Papo de Índio)
- MESQUITA, E. e SEVÁ Fo., A . O. *Ameaçados e Atingidos por grandes projetos de Engenharia: a problemática dos indígenas isolados no Acre e a prospecção de Petróleo* artigo apresentado na Reunião Anual da ABA – Associação Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, BA, 200.
- OILWATCH, *Relatório Ecuador 2004*, Quito
- OILWATCH Boletín RESISTENCIA No. 53 , Marzo 2005
- OSPINA, C. *Colômbia, laboratório de bruxarias*, mencionado em *Democracia e terrorismo de Estado* por James Petras no site www.resistir.info 13.08.2008
- RAMOS ANDRADE, E. *Leopoldo Fernández: Socio de García Meza y Banzer, y latifundista compra conciencias* Serie “*Gobernadores del cuarto menguante*” in www.bolpress.com 07agosto 2008
- SALISBURY, D.S. *Overcoming Marginality on the Margins: Mapping, Logging, and Coca in the Amazon Borderlands*, Doctor of Philosophy Thesis, University of Texas at Austin, 2007
- SARAVIA, A. *Los medios, la clase media y los intereses estadounidenses en Bolivia* www.bolpress.com 07 ago 08
- SAWYER, S. “*Crude Chronicles. Indigenous politics, Multinational Oil and Neoliberalism in Ecuador*” Duke University Press , Durham & London, 2004
- SEVÁ Fo.A. O. , *Análise preliminar técnica e ambiental da produção e do escoamento de óleo e gás em Urucu, Amazonas, Brasil, com informe sobre algumas contingências políticas. Ou – “A extração e os usos de combustível fóssil em um “mar de bio-massa” como um campo de provas do capital petrolífero – elétrico que se instala na América do Sul.”* agosto de 1999. disponível em www.fem.unicamp.br/~seva
- SEVÁ Fo.A. O. *O petróleo e o gás debaixo da terra Pan-Amazônica (I)* Página 20, Rio Branco, 25/3/2007 (Coluna Papo de Índio), *O petróleo e o gás debaixo da terra Pan-Amazônica (II)* Página 20, Rio Branco, 01/4/2007 (Coluna Papo de Índio)
- SEVÁ Fo.A. O., IGLESIAS, M.P. *O petróleo e o gás debaixo da terra Pan-Amazônica (III)* Página 20, Rio Branco, 15/4/2007 (Coluna Papo de Índio). série I+II+III em www.fem.unicamp.br/~seva
- STAVENHAGEN, R. *Los Pueblos Indígenas y sus Derechos. Informes Temáticos del Relator Especial sobre la situación de los Derechos Humanos y las Libertades Fundamentales de los Pueblos Indígenas, del Consejo de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas* . UNESCO, Mexico: 2008